

Policiamento e racismo: quando o silêncio é suspeito

A polícia reproduz o racismo da sociedade; a população negra aprende a evitar policiais que são treinados a identificar o medo do cidadão, logo associado a uma atitude suspeita

Jacqueline Sinhoretto
25 de novembro de 2020

Há anos pesquiso racismo institucional nas polícias e no aparato de punição. Tenho recolhido farto lastro empírico e procurado demonstrar quais são os mecanismos, tanto os brutais quanto os sutis, de sua reprodução. E não estou sozinha nisso. Vêm de longe os passos que sigo, e a nossa rede de colaboração em pesquisa é cada vez mais qualificada e numerosa.

Os últimos dados dos quais dispomos, recolhidos em São Paulo e Minas Gerais, apontam que a taxa de prisões em flagrante de pessoas negras é 2,3 e 3 vezes superior, respectivamente, na comparação com pessoas brancas. E a desigualdade de tratamento chega a ser 4 vezes superior nas capitais dos estados. Quando medimos letalidade policial, vemos uma violência que atinge 3 a 7 vezes mais os homens negros, a depender de lugar e ano. A maioria indiscutível é de jovens. No Rio Grande do Sul e no Distrito Federal não conseguimos dados quantitativos para monitorar o fenômeno, ou seja, ele é tornado invisível pelos sistemas de informação da segurança.

Os policiais dizem que não prendem negros, mas criminosos. O movimento negro diz que a polícia não executa bandidos, mas pessoas negras. Os dados indicam que o movimento negro tem razão, pois as prisões em flagrante analisadas reprimem sobretudo delitos de drogas e crimes patrimoniais, ocorridos nas ruas, não necessariamente ocorrências violentas. O número de prisões em flagrante por delitos violentos como homicídios, crimes da Lei Maria da Penha e estupro, geram total de prisões muito inferior na comparação com drogas e furtos – e aí os brancos são maioria entre os acusados.

O tema da seletividade da ação policial necessita ser discutido largamente, com os recursos de inteligência e rigor que temos à disposição. Na América do Norte e na Europa, redução de abordagens, protocolos antifiltragem racial, participação comunitária, monitoramento do tratamento policial a grupos étnico-raciais, equidade racial nas carreiras policiais, já são práticas correntes da gestão das polícias. Assume-se a necessidade de reverter a ação das polícias na produção das desigualdades.

Os policiais entrevistados (por volta de 80 no total) reconhecem a existência do racismo na sociedade brasileira, falam da desigualdade de tratamento no mercado de trabalho, na escola, no trânsito, nos locais de moradia. A grande maioria dos policiais é sensível às desigualdades sociais criadas pela dívida histórica da escravidão e do racismo. Mas recusam reconhecer que a atuação policial tenha qualquer participação na construção das injustiças.

Segundo os policiais, a polícia dispõe de técnicas de policiamento que garantem a neutralidade, sistemas de compilação e análise de dados que indicam com precisão onde está a ocorrência que necessita de intervenção. Mas, com um pouco mais de conversa, aprende-se que o grande instrumento de trabalho do policiamento ostensivo é, ao fim, o corpo do próprio policial, a sua capacidade de ver e suspeitar, e suas concepções sobre o que caracteriza uma atitude suspeita. Aquilo que parece um trabalho exímio de técnica, regulação e protocolos, depende fundamentalmente de policiais cruzarem nas ruas com pessoas que eles acreditam que estão fazendo algo ilegal. E explicitam, sem sombra de dúvida, que esta crença está baseada numa análise corporal do suspeito. A vestimenta, o modo de andar, o olhar, a desconfiança, a surpresa ou medo lidos na atitude do suspeito é que o levam a agir.

Quando encontram os signos inscritos nos corpos, que aprenderam a monitorar e reprimir, a ação policial se justifica para eles. E mais do que isso, determina o grau de uso da força empregado na abordagem. Há casos de flagrantes de pessoas que não tinham nota fiscal dos próprios celulares, de celulares confundidos com armas, de celulares vasculhados e fotos de “suspeitos” compartilhadas nas redes.

As famílias negras ensinam os seus jovens a tentar evitar contatos com policiais, devido ao histórico de violência policial que as comunidades negras – pobres ou de classe média – acumulam. Quando esses jovens, ensinados a temer e a desconfiar cada vez que um negro é morto pela polícia, cruzam com uma guarnição, eles temem, seu corpo reage, eles atravessam a rua, mudam de rota, tentam se esquivar desse contato. O policial, do outro lado, foi ensinado que o suspeito é o que tenta se esquivar do contato com a polícia. A profecia das relações de desconfiança entre polícia e população negra é autocumprida.

Os policiais negros não escapam do círculo de horrores dessa relação. Quando dirigem seus carros e avistam as blitzes, desenvolvem métodos para escapar do tratamento que sabem que seus colegas adotam com homens negros dirigindo carros. Policiais de Brasília, São Paulo ou Porto Alegre, que não se conhecem, adotam táticas parecidas. Policiais negros temem a reação de colegas em rondas nos bairros populares, pois sabem que seus vizinhos, primos e sobrinhos vestem roupas e possuem os signos da corporalidade marcada como suspeita. Os policiais negros sabem que a polícia desempenha um papel importante na reprodução do racismo numa sociedade racista. Eu não queria escrever “sentem na pele”, por ser um lugar comum, mas não sei descrever de outro modo os arrepios, suores, tremores que eu presenciei nas entrevistas quando o não dito ultrapassa as palavras evitadas.

O silenciamento do tema, internacionalmente discutido em quase todas as grandes polícias do mundo, é indício de que as polícias brasileiras são mais do que suspeitas de racismo institucional.

Jacqueline Sinhoretto

Socióloga, professora do Departamento de Sociologia da UFSCar, coordenadora do Grupo de Estudos em Violência e Administração de Conflitos, membro do FBSP.

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/o93n57bcjg>

